

ATA 92

Aos dois dias do mês de agosto de dois mil e doze, às quatorze horas, reuniram-se , na sala de reuniões da Secretaria Estadual de Assistência Social, sito a Av. Mauro Ramos, 722 – Centro – Florianópolis/SC, os Conselheiros do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONEDE e convidados, conforme lista de presença, para realizar a nonagésima segunda Reunião Ordinária e cumprir a pauta com a seguinte ordem do dia: 1- Abertura/Apresentação dos presentes / Aprovação da pauta, 2- Aprovação da ATA 82 e 91, 3- Informe das atividades da Comissão de Administração e Transição, 4- Informe das atividades da Comissão Eleitoral, 5- Divulgação dos Conselheiros do CONEDE biênio 2012/2014, 6- Relação de delegados para a Conferência Nacional, 7- Assuntos Gerais, 8-Encerramento.

1- Andreia Rosélia A. Pachiniak, membro da Comissão de Administração e Transição, inicia a Reunião solicitando a apresentação dos presentes que seguiu a seguinte ordem: Andreia Rosélia A. Pachiniak, conselheira titular da FCEE, João Leonel Machado Farias, conselheiro FEAPAE, Marcos José Tomaz FECEC, Patrícia, Almerize, Fernanda, LUCIANA, Laércio Ventura FCEDF, Kelly conselheira da SEA, Marta conselheira suplente da SST, Sueli conselheira titular da SST, Pe. Caon consultor da SST nos conselhos, Daniela conselheira da SST, Pedro Paulo conselheiro SIE, Karen Domingues conselheira suplente da FCEE, Fabiano conselheiro da FEAPAE, Maria Nilza Eckel conselheira da FEAPAE, Alexandre Belino Secretário Executivo do CONEDE, Rosana Campigotto conselheira titular da SSP, José Augusto Meier Gochinski conselheiro da FCEDF, Adilson Mendes França conselheiro da FECEC, Aldo Brito conselheiro da FEAPAE. Justificaram ausência Adriano Sousa e Flávia, conselheiros da SES. Constatando que havia quórum a reunião deu prosseguimento. Em relação à aprovação da pauta Pe Caon solicitou inclusão de três itens.

2- A ATA 91 foi aprovada com as manifestações já incluídas e a ATA 82 não foram enviadas as considerações conforme acordo em reunião anterior, sendo deliberado que a comissão de transição fará contato com a conselheira Simone, responsável pelas alterações tendo como data limite para alteração a próxima plenária.

3- A Comissão de Administração e Transição reuniu-se nos dias dezesseis, dezenove e vinte e quatro de julho e primeiro de agosto de dois mil e doze. Os quatro encontros demandaram elaboração de ofícios, análise de documentos e foram elencados alguns dos trabalhos.

I- Enviado o nome dos conselheiros para publicação no Diário Oficial do Estado. Alguns conselheiros não podem ser reconduzidos sendo oficializado às secretarias com solicitação

de novas nomeações. II- Doutor Adalberto, por meio de portaria, foi cedido pela SES para atuar no CONEDE por 20 horas semanais. Com isso, foi solicitada ficha de frequência assinada pelo Presidente do Conselho ou pelo Secretário Executivo. A Comissão enviou ofício para o Secretário de Estado da Saúde, sobre o procedimento, uma vez que não há demanda para cumprimento de vinte horas semanais no conselho e decidiu por não assinar a ficha de frequência solicitada. III- A APABB solicita vaga de titular e entrou com recurso junto ao Conselho. O conselheiro José esclarece que o recurso é solicitado por existir duas instituições habilitadas da deficiência intelectual, e, como a representação das APAES era maioria no Fórum, aprovaram para titular e suplente representantes da FEAPAE, sendo que uma entidade é representada em duas vagas. A Comissão considerou que não há impeditivo de uma instituição ser representada em duas vagas e comunicou a APABB por meio de sua representante Denise sobre a deliberação. O Conselheiro Aldo observa que a Comissão foi designada para estudar as demandas e que não poderia ter sido informado à APABB sem que a decisão fosse apresentada e deliberada em plenária. O conselheiro Leonel não participou do tema uma vez que participou do fórum e é parte interessada, mas entende que conforme reunião anterior foi deliberado que a comissão eleitoral iria analisar o recurso da APABB uma das atribuições da Comissão seria avaliar o recurso da APABB. O conselheiro Adilson questiona se APABB atua somente com a deficiência intelectual. Sugere que a Instituição poderia solicitar vaga em outro segmento também, pois atende não só os intelectuais. Foi esclarecido que no Fórum da deficiência intelectual foi considerado representante desse segmento. O conselheiro Laércio relata que em novembro já era de conhecimento dos conselheiros que os Fóruns seriam realizados junto à Conferência. Até aquele momento não havia outro segmento da deficiência intelectual sendo, portanto um fator novo, e entende que a condução e o registro da ATA foram os maiores problemas. Em se tratando da Comissão concorda com o conselheiro Aldo sobre a necessidade de aprovação em plenária. A conselheira Maria Nilza concorda com o conselheiro Aldo e informa que a FEAPAE também entrará com recurso. A conselheira Kelly argumenta que a comissão faria um trabalho avaliativo, mas a plenária teria direito a manifestar-se. Desconhece que uma mesma instituição ocupe duas vagas, porém entende que a plenária é soberana. A conselheira Andreia esclarece que se houve falha da Comissão foi com a intenção de encaminhar e resolver a demanda, entendendo que competia à Comissão responder para a entidade interessada. O conselheiro Fabiano relata que a FEAPAE possui âmbito estadual representando a pessoa

com deficiência intelectual, sendo a APABB uma entidade de âmbito restrito e representa não apenas a demanda da deficiência intelectual. Pe Caon sugere que o Fórum defina em prazo estabelecido o encaminhamento dessa cadeira, não cabendo ao CONEDE nem a SST tal deliberação. Conselheiro Aldo defende que compete ao CONEDE definir não havendo necessidade de transferir ao Fórum. Conselheiro José sugere ratificar a ATA do Fórum. Em votação a proposta de ratificar o que a Comissão deliberou considerando ATA do fórum: onze conselheiros votaram favoráveis, 02 conselheiros votaram contrários e houve uma abstenção. IV- Elaboração de ofício para SST comunicando que o conselheiro Leonir poderá participar da Conferência Nacional como convidado, após reunião com a consultoria jurídica da SST. A Comissão conclui que Leonir não representava nenhuma entidade na Conferência Estadual, ficando para verificar a veracidade da compra de passagens. A suplente Eliete, na Plenária argumentou que deveria ser a representante para Conferência Nacional. Leonir justificou que representava a ALESC. O conselheiro Laércio informa que há distorções sobre o assunto e que Leonir foi eleito em Conferência Municipal e Mesorregional, onde podem ser delegados representantes de entidades, pessoas envolvidas com a causa, entre outros. A conselheira Kelly legitima a participação de Leonir uma vez que foi eleito na Conferência Municipal. Leonir não representa a ALESC, participou do fórum regional assim como outros conselheiros municipais que não foram rejeitados. Entende que, como cidadão, Leonir não pode ser cerceado de seu direito legitimado. Pe Caon comunica que a Plenária Estadual não homologou a participação. Se não houve questionamento na regional houve na estadual. Ainda, a ALESC não tem representação oficial no CONEDE, com isso, como convidado não há problemas, apenas como delegado. A conselheira Kelly novamente ressalta que plenária é soberana e aberta para qualquer pessoa, e que, está sendo cerceado por trabalhar na ALESC. Pe Caon esclarece que no início da Conferência foi aprovado o regimento interno. As reuniões nas mesorregiões e a Plenária homologaram as decisões, porém, na Conferência Estadual todos os delegados foram chamados e apresentados em Plenária sendo nesse momento votados. Leonir não foi homologado em plenária que é soberana. A questão não é o fato de dizer que representa a ALESC e que a ALESC não tem representação no conselho. O conselheiro Laércio ressalta que no momento da Plenária houve homologação com ressalva ao parecer, que seria encaminhado para SST para candidatura do suplente. A conselheira Patricia solicita esclarecimento sobre o segmento em que Leonir foi eleito, governamental ou não governamental. O conselheiro Marcos evidencia a

impossibilidade de ser governamental sem representação no conselho. Conselheiro José justifica que Leonir não pode ocupar vaga por não ter representatividade. Aberta a votação para ratificar a Comissão, ou seja, Leonir terá direito a voz não a voto e enviar notificação para Eliete para participar como delegada: dez conselheiros votaram favoráveis, um conselheiro votou contrário, e três abstiveram-se. V- Encaminhado à COJUR da SST um parecer final da Comissão de Ética, instaurada em 2010 para averiguar possíveis irregularidades no conselho. Essa Comissão foi presidida pelo conselheiro Leonel que não concluiu os trabalhos principalmente pela falta de cedência de recursos financeiros/diárias para participação de conselheiros nas reuniões agendadas. Em 2012, a Comissão encaminhou documento ao secretário adjunto perante a não conclusão do parecer, e a Comissão de Administração e Transição deliberou por reencaminhar à COJUR da SST a documentação para parecer e providências. O conselheiro Aldo questiona a retomada do assunto, e a Conselheira Andreia justifica que a Comissão resgatou os assuntos pendentes do Conselho e que o assunto foi retomado para que a Comissão não responda por omissão no período em que estarão respondendo pelo Conselho. O conselheiro Leonel expressa surpresa. Entende que não há motivo uma vez que foi enviada cópia da documentação ao secretário adjunto e não houve resposta. O conselheiro Laércio diz que recebeu um comunicado da SST e respondeu. Não recebeu nenhum documento nem foi apresentado documento comprovando o que foi denunciado. A conselheira Andreia relata que documentos foram entregues pela Comissão de Ética e que as devidas providências aconteceram como já explicado. 4- A conselheira Sueli, membro da Comissão Eleitoral, relata contato com pessoas que representam o segmento dos deficientes visuais solicitando nome e endereço das entidades da categoria para envio de ofício comunicando a vaga do segmento no CONEDE . Previsão para reunirem-se em treze de agosto de dois mil e doze, na ACIC, em Florianópolis, com o prazo de dezenove de agosto de dois mil e doze para envio das representações. Alexandre, secretário executivo, encaminhou para vinte e uma instituições de deficientes visuais a necessidade de representação. 5- A conselheira Andreia e Alexandre realizaram leitura dos conselheiros do biênio dois mil e doze dois mil dois mil e quatorze. Alguns conselheiros não podem ser reconduzidos tendo em vista já cumprirem quatro anos de mandato. Nestes casos foram emitidos ofícios solicitando nova representação. O conselheiro Aldo concorda que deve ser um processo de renovação, aproveitando para despedir-se. Relata satisfação de ter participado como conselheiro, ficando grato pelo aprendizado e por ter feito amigos. O

conselheiro Adilson pergunta se Alceu pode ser representante do segmento visual. Alexandre esclarece que Alceu foi representante nos últimos dois biênios, contudo sua representatividade foi interrompida. O conselheiro Leonel justifica que a nomeação foi nos dois biênios, não sendo possível a recondução. Foi aprovado pelos conselheiros essa decisão, ou seja, Alceu não poderá ser reconduzido.

6- Os nomes dos delegados para Conferência Nacional foram apresentados por meio de tabela em data show e foram discutidas as pendências. Em se tratando da participação da SED, a Secretaria deverá indicar nova representação uma vez que Simone, não é mais conselheira. A vaga será do conselheiro da educação, ficando assim deliberado. Será mantida a representação do conselheiro Sérgio, afastado para candidatura na próxima eleição municipal, uma vez que o mesmo retornará sua representatividade no conselho antes da realização da Conferência Nacional e sua acompanhante será Almerize. A conselheira Andreia solicita registro em ATA quanto a ausência dos intérpretes LIBRAS da FCEE. Será emitido um ofício para registrar a ausência.

7- Assuntos gerais: I- Pe Caon informa que a AFLODEF enviou um convite para sessão solene de entrega de equipamentos ortopédicos. O evento será no dia três de agosto do corrente, às quatorze horas e trinta minutos na sede da AFLODEF. Com isso sugere uma representação do conselho, sendo votada a participação da conselheira Rosana.

II- Pe Caon informa que a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina solicita, por meio de ofício, vaga no CONEDE para um representante da Comissão Permanente dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Foi deliberado que em cumprimento da legislação e do regimento interno do conselho, que não prevê cadeira para ALESC como conselheiros, será emitido ofício esclarecendo a legislação, porém convidando-os a participar. O conselheiro Aldo sugere que o CONEDE tenha representação na Comissão da ALESC, contudo, considerando legislação, o inverso também é considerado improbidade administrativa.

III- Em se tratando do Plano Viver sem Limites havia sido acordado que, após a Conferência, o Estado tomaria providências para assinatura do termo de adesão. A deliberação dos conselheiros foi para participação da Comissão de Administração e Transição em reunião com o Secretário de Assistência Social, Trabalho e Habitação para discussão do Plano para posterior apresentação em Plenária.

IV- Conselheira Almerize informa sobre carteiras de habilitação para pessoas com deficiência auditiva em Joinville. A entidade reuniu-se com a câmara de vereadores que fornecerá um curso preparatório para pessoas com deficiência auditiva e com as autoescolas, onde serão solicitadas as carteiras. Posteriormente, uma

assembléia com o DETRAN será realizada para solicitar a participação de intérpretes inclusive nas provas práticas. V- Conselheira Almerize relata que a deputada federal Luci Choinacki cedeu verba de duzentos mil reais, sendo a sugestão realizar congresso, âmbito estadual, para implantação de conselhos municipais e fortalecimento dos conselhos já existentes. O projeto ainda será apresentado para aprovação. VI- A conselheira Patricia solicita que o CONEDE estabeleça contato com o MEC para verificar a possibilidade de impostos federais se converterem em bolsa de estudos para pessoas com deficiência. A conselheira Andreia sugere encontro entre SST, SED, CONEDE e ALESC (por meio da Comissão de Direitos da Pessoa com Deficiência) visando encaminhamentos. VII- A conselheira Maria Nilza informa que a FEAPAE está realizando, em parceria com as GERED's e com as Secretarias Municipais de Saúde, um levantamento sobre inclusão de crianças com deficiência no ensino regular. Tal fato justifica-se pelo relato de instituições e famílias em manter em casa as pessoas com deficiência, tendo em vista falta de acessibilidade ou recursos humanos nas escolas, bem como o uso indevido dos equipamentos cedidos para uso de quem tem deficiência por responsáveis pelas escolas. VIII- A conselheira Maria Nilza realiza convite para Congresso Estadual das APAES, que tem como tema a Convenção e tratará de assuntos desde a infância até o envelhecimento de pessoas com deficiência. IX- A conselheira Maria Nilza informa sobre Seminário no dia vinte e quatro de agosto de dois mil e doze referente a colocação de pessoas com deficiência no mundo do trabalho. X- A conselheira Andréia comunica que na próxima Reunião Plenária Ordinária será realizada a posse dos novos conselheiros, devendo estar presente conselheiro titular e suplente. XI- Conselheiro Aldo convida os presentes para visitarem a Cooperativa Social de Pais, Amigos e Portadores de Deficiência. A entidade tem doze anos, sede própria e trabalha com reciclagem de papéis procurando preservar o meio ambiente. XII- A conselheira Maria Nilza solicita providência da SST em relação ao Sistema de Informações da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência - SICORDE, onde já foram investidos recursos da SST. Pe Caon verificará e trará informações na próxima Plenária. XIII- O conselheiro Leonel se despede, relata que há muito trabalho para os novos conselheiros e a necessidade de fomentar o fortalecimento e a criação de novos conselhos municipais. Ressalta a contribuição do Pe Caon nas suas participações no CONEDE. 8- Sem mais, as dezesseis e quarenta e cinco, encerrou-se a reunião.